

Grupo suprapartidário se une para combater avanço das bets

Parlamentares de direita e esquerda articulam ofensiva simultânea no Congresso

Por Beatriz Matos

Do PT da deputada Benedita da Silva (RJ) ao Republicanos da senadora Damares Alves (DF), passando pelo PSB da deputada Tabata Amaral (SP) ou o PDT da deputada Duda Salabert (MG).

O grande e bilionário avanço das apostas online no Brasil abriu uma nova frente de disputa no Congresso Nacional.

Desta vez, reunindo parlamentares de campos políticos opostos.

Deputados e senadores de partidos que vão do PT ao PL, passando por PSB, Republicanos e Psol, lançaram nesta terça-feira (26) uma ofensiva legislativa para endurecer as regras contra as chamadas bets, em uma articulação que tenta acelerar a tramitação de projetos para coibir esse tipo de jogos nas duas Casas ao mesmo tempo.

O movimento foi apresentado pela Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental e ganhou o nome de “Brasil Contra as Bets”. Na Câmara, a proposta tramita como PL 2478/2026. No Senado, como PL 2470/2026. A estratégia foi desenhada para evitar demora no processo legislativo: a Casa que aprovar primeiro envia o texto para revisão da outra.



Rudolfo Lago/Correio da Manhã

Esquerda e direita uniram-se contra o avanço das bets

Saúde mental

Os projetos tratam as apostas online como uma questão de saúde pública e propõem medidas semelhantes às adotadas contra cigarros e bebidas alcoólicas.

Hoje, propagandas de cigarros e bebidas têm diversas restrições. Os parlamentares entendem que as bets, uma vez que o jogo vicia e endivida, precisam de legislação semelhante. Ao contrário, hoje essa modalidade de jogo tem livre propaganda e patrocina clubes de futebol e campeonatos esportivos.

Entre os pontos previstos estão a proibição de cassinos online em formato caça-níquel, restrições severas à publicidade, veto a patrocínios esportivos e culturais, além da proibição de apostas feitas com dinheiro obtido por crédito, empréstimos ou antecipações financeiras.

O deputado Pedro Campos (PSB-PE), presidente da frente parlamentar e um dos articuladores da proposta na Câmara, afirmou que a intenção é acelerar o debate sem eliminar a discussão técnica. “Uma comissão espe-

cial acelera a tramitação, mas ao mesmo tempo garante cuidado com um tema tão importante”, disse. Segundo ele, o objetivo é enfrentar o impacto das apostas “na saúde mental dos brasileiros e brasileiras” e também o avanço da publicidade excessiva do setor.

Campos afirmou ainda que o grupo avalia haver maioria para avançar no plenário, apesar da resistência do setor. “Nós enfrentamos, obviamente, a força que existe desse setor aqui dentro do Legislativo”, declarou.

Pressão política

A senadora Damares Alves, autora da proposta no Senado, ressaltou que o texto foi assinado por parlamentares de diferentes espectros ideológicos justamente para ampliar o apoio político. Segundo ela, a discussão será conduzida “com dados técnicos” e sem viés ideológico.

“A estratégia é: a Casa que aprovar primeiro segue para a outra”, explicou a senadora, ao detalhar o plano de tramitação simultânea.

Já a deputada Tabata Amaral, durante seu discurso, afirmou que o Congresso enfrenta um dos lobbies mais fortes já vistos por ela. “Pouquíssimas vezes vi um lobby tão efetivo”, declarou em tom de crítica. A parlamentar defendeu que os jogos passem a ter classificação de risco definida pelo Ministério da Saúde e disse que o problema ultrapassa a discussão econômica. “Não é uma situação financeira nem apenas de regulamentação econômica, mas algo que está adoecendo a população brasileira”, afirmou.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que o debate precisa avançar para além das disputas políticas e ideológicas.

Operação da PF mira Claudio Castro

Por Gabriela Gallo

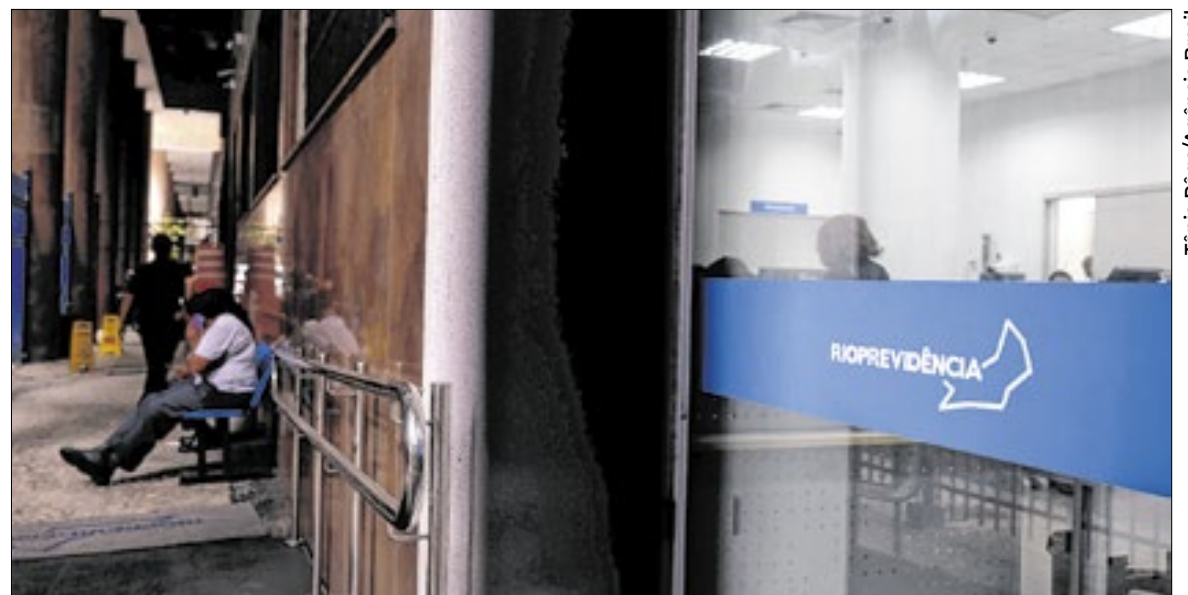
A oitava fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), deflagrada nesta terça-feira (26), teve mandados de busca e apreensão contra o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) e o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, RioPrevidência. A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator das investigações envolvendo o Banco Master no STF.

Claudio Castro é acusado de se envolver com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, e aplicar irregularmente R\$ 3,6 bilhões da previdência dos servidores fluminenses em Letras de Crédito e fundos do Banco Master. As informações da investigação foram coletadas graças à quebra de sigilo dos aparelhos eletrônicos de Vercaro, apreendidos quando ele foi preso.

Segundo as autoridades policiais, entre outubro de 2023 e julho de 2024, o RioPrevidência “realizou aportes de R\$ 970 milhões em Letras Financeiras do Banco Master”.

“Posteriormente, entre dezembro de 2024 e outubro de 2025, em decorrência de entraves regulatórios que dificultaram a continuidade das aplicações naquela modalidade de investimento, foram realizados aportes em fundos estruturados pelo mesmo grupo, em montante que teria atingido R\$ 2,01 bilhões. Tudo em contexto de crescente dificuldade do banco, diante de aparente crise de liquidez, tornando essencial, no entender da autoridade policial, a captação de aplicações junto a RPPSs [Regime Próprio de Previdência Social] e de substituição de instrumentos por novos produtos financeiros”, detalhou a decisão de Mendonça.

“A atuação do ex-governador não se limitou a contatos insti-



Investigação aponta uso indevido de recursos da RioPrevidência

tucionais, mas envolveu vínculo pessoal estreito com o controlador do Banco Master [Vercaro], caracterizado por encontros frequentes, inclusive em ambientes privados e no exterior, custeados pelo banqueiro, com elevada coincidência temporal em relação aos aportes bilionários do Rioprevidência”, reiterou a deci-

são do magistrado.

Além do ex-governador, também são alvos da operação: Ricardo Siqueira Rodrigues, apontado como o lobista responsável pela operação dos repasses de recursos e Deivis Marcon Antunes (que foi preso na fase anterior da Operação Compliance Zero), na época ele era o diretor-Presiden-

te da RioPrevidência. Outros envolvidos na RioPrevidência investigados são o então diretor de Investimentos da instituição Eucherio Lerner Rodrigues, o então gerente de Investimentos Pedro Pinheiro Guerra Leal e a então gerente de Controle Interno e Auditoria Fernanda Pereira da Silva Machado.